



Conselho Regional
de Serviço Social (RJ)

PRAXIS

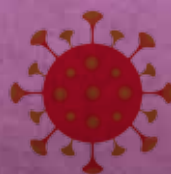
ANO X • Nº 104 • 2020



BALANÇO DA GESTÃO NÃO TEMOS TEMPO DE TEMER 2017-2020



EXERCÍCIO PROFISSIONAL
ASSISTENTES SOCIAIS EM
CONTEXTOS DE EMERGÊNCIAS
p. 4 E 5



DOSSIÊ

COVID-19 E A
QUESTÃO SOCIAL
p. 11 a 15



“Se passa o que é bom, passa o que é mau”

Podemos aprender a agir e falar quando temos medo da mesma maneira como aprendemos a agir e falar quando estamos cansadas.

Audre Lorde

Já passamos por muitas opressões em silêncio e nem por isso fomos poupados(as). Desta forma, ao longo desses três anos de gestão não tivemos mesmo tempo de temer! A gente sente medo e vai com medo mesmo assim, porque como diz a escritora caribenha-americana Audre Lorde “enquanto esperarmos em silêncio pelo luxo supremo do destemor”, o peso dessa inércia nos sufocará. Enfrentamos múltiplos desafios, administrativos, financeiros e políticos, mas pudemos também, juntas e juntos, celebrar muitas conquistas e vitórias.

Nesse triênio (2017-2020), a cada passo novo dado, desde colocar os documentos da instituição em dia, até organizar eventos lotados, para pautar decisões que implicam na vida de milhares de mulheres e homens da nossa categoria, renovamos, continuamente, as nossas esperanças. A era digital com todas as novas possibilidades de engajamento, fluxo e divulgação da importância da nossa profissão e da nossa militância, foi

bravamente explorada por nós, que até pouco tempo nem fazíamos ideia de que os abraços e olhares fraternos precisariam ser substituídos por *lives*, videoconferências e reuniões virtuais.

Ainda que tenhamos feito um planejamento detalhado, com múltiplas estratégias de atuação ao longo da gestão, foi preciso se reinventar diante do inesperado da vida. E, a despeito de toda dor pelas perdas ocasionadas nas calamidades que vivenciamos, antes e depois da pandemia, nos esforçamos para concluir mais um ciclo com compromisso, dedicação e ética. A nossa sensação não é a de dever cumprido, pois as demandas nunca cessam, e, estando à frente da gestão do CRESS ou não, continuamos assistentes sociais, engajados(as), coletivamente, em prol do exercício ético e político de nossa profissão. Por isso, podemos dizer que o sentimento neste momento é de satisfação, por ter enfrentado com resiliência todos os desafios que se configuraram nesse tempo.

É preciso ter muita coragem para assumir a gestão na construção de um projeto coletivo. Pois, estar na linha de frente, em qualquer instituição ou movimento, nos torna expostos. Porém, abertos (as) ao aprendizado cotidiano, pudemos criar táticas para oferecer o

nosso melhor. Seja nos julgamentos éticos, nos minicursos, nas assembleias, nas postagens das mídias sociais, nas dificuldades e também nas pequenas conquistas: estivemos juntas e juntos. Assim, passamos o bastão com alegria para a nova gestão. Um grupo diverso e engajado, que com empenho levará ainda mais longe o trabalho já realizado.

Diante disso, queremos reforçar que é impossível caminhar na luta pelas transformações sozinha(o). Por isso, o Conselho Regional de Serviço Social do RJ precisa de vocês, assistentes sociais, para prosseguir honrando o legado de defesa ética e combate a todo tipo de opressão. Não é a força bruta e física que define quem ganhará uma guerra, mas sim a capacidade de elaborar estratégias. Ainda que tentem apagar dos veículos oficiais a nossa memória, estamos aqui em defesa do exercício profissional e da nossa capacidade de construção coletiva. “Se passa o que é bom, passa o que é mau” (provérbio africano), e enquanto esperamos, vamos trabalhando. É responsabilidade nossa a formação de novos caminhos.

Por isso, endossamos as vozes de que:

QUEM CEDE A VEZ NÃO QUER VITÓRIA!



PRAXIS - Nº 104 - Ano X - Abril/maio/junho 2020

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 7ª REGIÃO

Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144 - **Telefax:** (21) 3147-8787 - **e-mail:** diretoria@cressrj.org.br

www.cressrj.org.br

Gestão 'Quem Cede a Vez Não Quer Vitória' 2020- 2023

Presidenta: Luciane Barbosa do Amaral Rangel

Vice-Presidenta: Ana Paula Cardoso da Silva

1ª Secretária: Márcia Nogueira da Silva

2ª Secretária: Natália da Silva Figueiredo Lizcano

1ª Tesoureira: Jussara de Lima Ferreira

2ª Tesoureira: Renata Martins de Freitas

Conselho Fiscal: Ana Paula Faria Baião, Sílvia Maria Ribeiro e Jussara Francisca de Assis dos Santos

Suplentes: Maria Aparecida Evangelista do Nascimento, Ana Paula Procópio da Silva, Gleydson Felipe Duque de Paiva, Marcella de Azevedo Pinto, Janaina Bilate Martins, Paulo Martins Faleiro dos Santos, Isis Pontes Villa de Carvalho, Thais Lisboa Soares e Roseni de Souza Lana.

Comissão de Comunicação e Cultura: Ana Paula Cardoso, Ana Paula Procópio, Carlos D. Medeiros, Carolina Rocha, Célio Albuquerque, Janaina Bilate, Laura Alves, Luciane Amaral e Natália Figueiredo.

Seccional Norte Fluminense

Coordenador: Marco Antonio Pedro Vieira

Secretário: Paulo Santos Freitas Junior

Tesoureira: Gisele Leal dos Santos

Suplentes: Flávia Fonseca Barreto, Diogo da Cruz Ferreira e Anderson Fontes da Silva

Seccional Sul Fluminense

Coordenadora: Luiza S. Pires

Secretária: Natália Reis de Oliveira

Tesoureiro: Raphael Magnus S. Ortiz

Suplentes: Cristiane Ribeiro A. Geraldo, Marcela Avelino Esteves e Fransuelen de Oliveira

Coordenação da Comissão de Comunicação: Natália Figueiredo

Assessoria Política: Carolina Rocha

Jornalistas responsáveis: Célio Albuquerque (MTB/RJ 15751) e Laura Alves (MTB/RJ 39344)

Projeto gráfico, diagramação e ilustrações: Carlos D

Impressão: Coan Gráfica – **Tiragem:** 14.000 exemplares

Data de impressão: 01/07/2020

PRAXIS NO FEMININO:

No trabalho permanente de construir uma linguagem não discriminatória, os materiais do CRESSRJ voltados à categoria usam o gênero feminino para se referir a profissionais e estudantes de Serviço Social.



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ

CRESSRJ EM TEMPOS DE CORONAVIRUS

REGISTRO E ANUIDADE - REMOTO

Novidades e flexibilização marcam os serviços prestados sobre a inscrição, registro e anuidade

Em 2020 assistentes sociais passaram a contar com os serviços online. Uma plataforma digital onde é possível atualizar dados como o e-mail, telefone e endereço. Outro serviço demandado pela categoria e atendido pelo Conselho é a possibilidade de geração de boletos de anuidade, seja cota única ou parcela. Também é possível realizar pagamentos de forma online através do cartão de crédito ou débito. Essas medidas visam proporcionar maior comodidade e agilidade no acesso a serviços oferecidos pelo CRESS.

Para usar os recursos dos serviços online basta acessar:

bit.ly/CRESSRJOnline

- ✓ Caso ainda não tenha utilizado a ferramenta, será preciso realizar o PRIMEIRO ACESSO para depois fazer o Login.
- ✓ Outra novidade em 2020 são as alterações determinadas pela Resolução CFESS nº 942/2020 que, devido a situação de pandemia e medidas de restrição e isolamento determinado pelas autoridades, pode ocasionar dificuldades para a categoria cumprir com sua obrigação de pagamento da anuidade. De acordo com essa resolução a categoria pode pagar até 31/12/2020 a anuidade sem juros e multa. Esse benefício se refere apenas à anuidade do ano de 2020 e pode ser requerido através da plataforma online.

Com essas medidas o Conjunto CFESS/CRESS visa amenizar os impactos da crise sanitária para a categoria de assistentes sociais.

Para maiores informações acesse **cressrj.org.br**

Exercício profissional

Assistentes sociais em contextos de emergências

Entrevista com Adriana Dutra, professora do Departamento de Serviço Social de Campos da UFF e integrante do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (Nesa/UFF)

O Serviço Social possui um papel central na gestão de vulnerabilidades e desastres. Por isso, a pandemia em curso do novo coronavírus (SARS-Cov-2), responsável pela disseminação global da doença respiratória Covid-19, está impondo uma série de desafios para a profissão. Desde o registro do primeiro caso na cidade de Wuhan, na China, em dezembro de 2019, o vírus se espalhou rapidamente e vem acirrando mundo afora velhas desigualdades sociais.

Tal cenário tem impactado os diversos setores da sociedade brasileira e também as políticas públicas, especificamente a Assistência Social e a Saúde — áreas essenciais para a população e de maior ocupação de assistentes sociais. Em diferentes espaços ocupacionais, essas profissionais seguem atuando na linha de frente nos serviços essenciais.

Para aprofundar o debate sobre os desafios impostos ao exercício profissional de assistentes sociais em contextos de emergências, desastres e calamidades, o PRAXIS conversou com a professora do Departamento de Serviço Social de Campos da UFF e integrante do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (Nesa/UFF), Adriana Dutra.

PRAXIS Quais são as possibilidades de intervenção de assistentes sociais em contextos de emergências, desastres e calamidades?

Adriana Dutra - Realizei uma pesquisa no ano de 2015 a partir da qual foi possível identificar que nos momentos das emergências, ou do que estudiosos vinculados à Sociologia dos Desastres costumam chamar de crise aguda do desastre, é comum a solicitação de assistentes sociais para intervirem, especialmente, no atendimento

ARQUIVO PESSOAL



“A pandemia agudiza desigualdades sociais históricas e deixará a população ainda mais vulnerabilizada”

Adriana Dutra

direto à população. As atividades mais frequentemente encontradas foram o cadastramento da população usuária, a orientação e o encaminhamento para benefícios socioassistenciais, a elaboração de pareceres e laudos e, dependendo dos casos, a participação na gestão de abrigos e de donativos.

Apesar dos quase cinco anos completados da pesquisa, observa-se que essas atividades ainda se mantêm, fazendo parte do relato de muitas das profissionais que realizam algum tipo de intervenção em desastres. Contextos de emergências e calamidades públicas refletem grandes necessidades da população usuária. Muitas vezes, um cadastramento, um parecer ou um encaminhamento podem definir o acesso de uma pessoa ao seu direito. Uma orientação pode garantir a mudança de um direcionamento, a tomada de uma decisão importante.

Desta forma, defendo que o trabalho profissional nesses contextos precisa ser reconhecido e valorizado, por mais

desafiador que seja, dada a falta de recursos e de condições para realizá-lo. Contudo, há também grandes desafios nessa intervenção. Um deles refere-se aos riscos de um tipo de intervenção que vai na contramão das competências e atribuições profissionais do Serviço Social. Se essa questão já é um desafio no cotidiano de trabalho de assistentes sociais, torna-se ainda mais veemente nos momentos das emergências.

PRAXIS Pode falar um pouco sobre o conceito de desastre como processo?

Adriana - Pensar uma intervenção mais ampliada dos desastres requer pensar o próprio desastre de uma outra forma, rompendo a lógica do evento que dura apenas o período da emergência e de algo que foge ao controle da sociedade, seja por ser considerado natural, como é o caso dos desastres que emergem com as chuvas ou a partir de agentes biológicos, como o novo coronavírus, seja por ser considerado

acidental, como os crimes ambientais materializados com o rompimento de barragens.

O desastre precisa ser encarado como algo além do fator externo. Este constitui um elemento que só desencadeia desastres a partir do momento em que encontra determinadas condições de vulnerabilização. Por isso costumamos dizer que desastres são sempre sociais. Eles são construídos cotidianamente e estão imersos na estrutura social na qual emergem. Desta forma, tampouco podem ser considerados democráticos. Eles vão incidir mais fortemente sobre aqueles que se encontram em situações de desigualdade social, racial, de gênero, ou seja, pobres, negras(os), mulheres...

Compreender o desastre como um processo pressupõe também atuar em todas as suas etapas, não apenas na resposta mas nas ações de prevenção, de mitigação, até o momento pós-impacto. Essa perspectiva contribui para a articulação entre o imediato e as questões sócio-históricas postas na nossa sociedade no momento de intervenção da crise aguda. Só assim conseguiremos olhar para o desastre além do seu caráter imediato e da resposta emergencial.

PRAXIS Qual é a importância da atuação profissional de assistentes sociais em meio à pandemia do novo coronavírus?

Adriana - Considero as políticas de saúde e de assistência social espaços de atuação prioritários nesse período de pandemia. Ainda que não no atendimento da população contaminada, mas na orientação sobre formas de prevenção para os trabalhadores e para a população em geral, sobre os benefícios socioassistenciais para a população que perdeu sua fonte de renda, sobre os direitos trabalhistas, no acompanhamento de pessoas em isolamento social e suas famílias, no atendimento às pessoas em situação de rua e também em outros espaços, como nas empresas, na formulação de programas e na reorientação de projetos sociais.

Assistentes sociais têm tido uma dinâmica intensa de trabalho no período de pandemia. O conhecimento das profissionais sobre as políticas sociais, formas de acesso e também das formas de vida da população, das suas demandas, tem sido fundamental. Logo que as primeiras orientações sobre

o isolamento social foram divulgadas, assistentes sociais estiveram entre as vozes que se levantaram questionando as reais possibilidades de efetivação da medida frente à realidade da classe trabalhadora do nosso país.

Quando o cadastramento para o auxílio emergencial teve início, além de auxiliar a população na sua realização, novamente o Serviço Social se levantou para denunciar as dificuldades que grande parte da população tem para concretizar o cadastro. O CPF e o acesso à internet, requisitos básicos para o cadastramento, não fazem parte da realidade de todos. A medida e a forma de acesso a ela mais uma vez deixam boa parte dos que necessitam de fora, mostrando-se seletivas e excludentes.

O valor do auxílio emergencial de R\$ 600 proposto pelo governo (sem esquecer que a proposta inicial era de R\$ 200) ainda que pago por três meses,

está longe de atender às necessidades do contingente de trabalhadores informais e desempregados do país. Esse tipo de debate precisa ser feito junto aos outros profissionais e à população usuária dos serviços nos diferentes canais e espaços de diálogo. Talvez em nenhum outro momento tenha ficado tão nítido o fracasso do Estado mínimo e a necessidade de uma alternativa a esse modelo.

Importante lembrar também que o trabalho não termina aí. A pandemia agudiza desigualdades sociais históricas e deixará a população ainda mais vulnerabilizada. Nesse sentido, o fortalecimento da direção ético-política da profissão, que tem entre os seus princípios fundamentais a liberdade, a defesa intransigente dos direitos humanos e o aprofundamento da democracia torna-se ainda mais essencial.

Covid-19 e o trabalho profissional nas mídias do CRESS

Com a pandemia em curso do novo coronavírus, as interrogações das profissionais são inúmeras e possuem particularidades atinentes a cada campo de intervenção. Neste período, o número de atendimentos realizados pelo CRESS/RJ aumentou significativamente e as questões relacionadas à ação profissional vêm sendo sistematicamente verificadas. A maneira de enfrentar os desafios impostos não poderia ser simplesmente pautada na repetição de fórmulas, foi preciso usar a experiência adquirida para criar outros parâmetros.

Na avaliação da conselheira presidenta do CRESS/RJ, Luciane Amaral, a pandemia vem impondo uma série de desafios ao exercício profissional de assistentes sociais, sobretudo, em virtude do sucateamento das redes de proteção social e da precarização das relações de trabalho. "Além dos problemas propriamente ocasionados pela pandemia em curso, é necessário também lidar com as várias expressões da questão social que se revelam ainda mais latentes no atual cenário", destacou.

Percebendo a urgência do tema, o CRESS/RJ vem criando diversas

ações orientadoras acerca do exercício profissional no contexto da emergência sanitária. Com auxílio da própria categoria e a colaboração de profissionais ligados à Saúde do Trabalhador, o Conselho segue produzindo, desde o início da pandemia, uma série de episódios especiais de nosso podcast, o PodCRESS Rio, com relatos de profissionais da linha de frente. Os programas estão disponíveis nas principais plataformas digitais.



Orientação e Fiscalização

O QUE É RESPONSABILIDADE DO CONSELHO?

A Política Nacional de Fiscalização (Resolução CFESS nº 512/2007) exige do CRESS a constituição e a manutenção da Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) que deve ser composta por conselheiros, agentes fiscais (assistentes sociais do quadro de trabalhadores/as do CRESS) e assistentes sociais da base em situação regular com o Conselho.

A COFI (Comissão de Orientação e Fiscalização) é uma comissão regimental que tem como função principal orientar e fiscalizar o exercício profissional de assistentes sociais. No Rio de Janeiro, essa Comissão foi criada em 1984, desde então, tendo como base a Política Nacional de Fiscalização (PNF), sua ação fiscalizadora é norteada pela articulação de três dimensões: a afirmativa de princípios e compromissos conquistados, cujas ações são norteadas pelos valores explicitados no Código de Ética Profissional; a político-pedagógica, que compreende ações relacionadas à orientação, formação e atualização de assistentes sociais, usuários, empregadores e demais profissionais; e a normativa-disciplinadora, que institui parâmetros legais que regulam o exercício profissional. A finalidade é assegurar a defesa do espaço profissional e garantir a qualidade de atendimento aos usuários do Serviço Social.

Mesmo com ampla divulgação dos objetivos da atuação da COFI, é muito comum o Conselho ser cobrado pela sua categoria com relação a situações de natureza trabalhista. São muitas as demandas apresentadas, sobretudo na forma de denúncias, tais como: "meu salário está atrasado", "não recebo insalubridade", "meu salário está abaixo do piso", "minha carga horária era de 12 por 36 e agora me colocaram para fazer oito horas por dia" etc. Essas e tantas outras questões chegam aos

Conselhos Regionais de Serviço Social durante todo o ano. São contestações legítimas e pertinentes, mas de ordem trabalhista e, portanto, o Conselho não tem competência para atuar sobre elas.

Dentre outras atribuições, compete ao Conselho: discutir e implementar a Política Nacional de Fiscalização, aprovada em Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS; realizar, em conjunto com outras comissões do Conselho, discussões, seminários, reuniões e debates que possam subsidiar a prática do Serviço Social, bem como identificar as questões éticas decorrentes de tal prática; promover encontros com profissionais e com instituições para dialogar sobre situações que indiquem postura profissional inadequada ou violação dos princípios éticos, de forma a orientar e alertar profissionais e instituições; promover conversas e debates com representantes da ABEPSS, da ENESSO, do Conselho Permanente de Ética, e com supervisores e membros de unidades de ensino para tratar distintos aspectos relacionados a estágio, ética e exercício profissional; realizar visitas a locais de trabalho e a campos de estágio, a fim de averiguar as

condições éticas e técnicas do exercício profissional e de possíveis irregularidades no trabalho realizado por assistentes sociais. Tudo isso são formas de conhecer a realidade profissional nas diferentes áreas de atuação do Serviço Social e definir ações que contribuam com a defesa da profissão.

Cabe explicitar que, no momento em que o Conjunto CFESS/CRESS publica uma resolução que define as condições éticas e técnicas para o trabalho da assistente social, está defendendo o seu direito como trabalhadora. No entanto, é preciso ter nítido que há limites quanto a esta intervenção. Os Conselhos não podem exigir, por exemplo, ar-condicionado no ambiente de trabalho, mas é fato que em uma sala muito quente não é possível trabalhar dignamente. Logo, quando o local recebe a equipe da Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI), as Agentes Fiscais registram que o ambiente não possui ventilação adequada para o exercício profissional. É relativamente comum que, após receberem o relatório, os referidos equipamentos de refrigeração sejam instalados. O que configura uma melhora nas condições de trabalho.



Outro ponto importante é a garantia de uma sala de atendimento para as assistentes sociais, pois a resolução do CFESS assegura o direito a condições de atendimento condignas à garantia da privacidade e do sigilo das informações prestadas pelo usuário. Isso não significa que a sala tenha que ser de uso exclusivo do Serviço Social, mas deve ser garantido que durante todo o atendimento somente estejam presentes no espaço usuário e profissional. Ou seja, essa garantia, em concomitância, é um direito e um dever, que deve ser reivindicada, tanto no que concerne as melhores condições de trabalho para as profissionais, quanto por ser uma obrigação ética se posicionar diante de inadequações de trabalho que podem interferir no atendimento do usuário.

Em relação aos estágios, a Resolução do CFESS Nº 533, no parágrafo único de seu artigo terceiro diz que “a definição do número de estagiários a serem supervisionados deve levar em conta a carga horária do supervisor de campo, as peculiaridades do campo de estágio e a complexidade das atividades profissionais, sendo que o limite máximo não deverá exceder 1 (um) estagiário para cada 10 (dez) horas semanais de trabalho”, buscando a excelência, tanto para o estagiário como para a assistente social que ocupa o cargo de supervisão.

Cabe ainda sublinhar, como ressaltado na Resolução nº 533, os termos do artigo 14 em seu parágrafo único, da Lei 8662/93, que estabelece “Cabe às Unidades de Ensino credenciar e comunicar aos Conselhos Regionais de sua jurisdição os campos de estágio de seus alunos e designar os assistentes sociais responsáveis por sua supervisão e que somente os estudantes de Serviço Social, sob supervisão direta do assistente social em pleno gozo de seus direitos profissionais, poderão realizar estágio em Serviço Social”. Por ser a supervisão um momento único no processo de aprendizagem, uma das formas de garantir a qualidade de formação foi ter estabelecido que quem supervisiona estudante de Serviço Social deve ser um profissional de Serviço Social.

Muitos confundem as atribuições e as competências da assistente social. É preciso ficar o mais evidente possível os limites do exercício profissional. Por isso a categoria possui um Conselho regulador e fiscalizador, cuja atuação é norteadas pelos princípios do Código de Ética e na defesa intransigente do projeto ético-político do Serviço Social. Para tanto, busca informar sobre as atribuições das assistentes sociais, a partir da experiência cotidiana vivenciada em seus espaços sócio-ocupacionais, bem como, levar informações e orientações que possam contribuir para a reflexão e aprimoramento do exercício profissional, bem como, prevenir possíveis infrações éticas. Especificar quais são as atribuições das assistentes sociais é garantir a qualidade e a defesa do seu trabalho.

As resoluções que definem o termo de orientação são um marco jurídico e político importantíssimo para a categoria ao reafirmar as atribuições ligadas a profissão de assistente social, diante disso, as recomendações do Conselho devem ser matéria de uso constante pela categoria, pois são atualizações de orientações a partir de situações postas pelo contexto mais amplo e realidade institucional. Quando a categoria segue as recomendações do Conselho e dialoga na construção das suas diretrizes, assume seu papel de protagonista na direção da defesa da profissão. Segue abaixo compilada a resolução CFESS nº 493/2006 para conhecimento de todas.

RESOLUÇÃO CFESS nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006

Art. 1º - É condição essencial, portanto obrigatória, para a realização e execução de qualquer atendimento ao usuário do Serviço Social a existência de espaço físico, nas condições que esta Resolução estabelecer.

Art. 7º - O assistente social deve informar por escrito à entidade, instituição ou órgão que trabalha ou presta serviços, sob qualquer modalidade, acerca das inadequações constatadas por este, quanto às condições éticas, físicas e técnicas do exercício profissional, sugerindo alternativas para melhoria dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro - Esgotados os recursos especificados no “caput” do presente artigo e deixando a entidade, instituição ou órgão de tomar qualquer providência ou as medidas necessárias para sanar as inadequações, o assistente social deverá informar ao CRESS do âmbito de sua jurisdição, por escrito, para intervir na situação.

Parágrafo Segundo - Caso o assistente social não cumpra as exigências previstas pelo “caput” e/ou pelo parágrafo primeiro do presente artigo, se omitindo ou sendo conivente com as inadequações existentes no âmbito da pessoa jurídica, será notificado a tomar as medidas cabíveis, sob pena de apuração de sua responsabilidade ética.

Quando a categoria segue as recomendações do Conselho e dialoga na construção das suas diretrizes, assume seu papel de protagonista na direção da defesa da profissão

Balanço da gestão 2017 - 2020

GESTÃO 'NÃO TEMOS TEMPO DE TEMER'

3 ANOS DE TRABALHO À FRENTE DO CRESSRJ

Quando a Gestão 'Não Temos Tempo de Temer' assumiu a direção do CRESS/RJ em maio de 2017, em meio a uma crise política de acirramento das ofensivas do capital sobre a classe trabalhadora, sabia que os desafios para o triênio seriam imensos. Entretanto, nem de longe poderia conceber com precisão os perigosos contornos que a conjuntura ganharia no decorrer do período. Tempos regressivos, de crescimento e fortalecimento de discursos conservadores, que trouxeram impactos inegáveis para o povo brasileiro e também para o Serviço Social.

O nome escolhido para a gestão que representou a categoria de assistentes sociais no Estado do Rio de Janeiro no triênio 2017-2020, vem de trecho conhecido de uma antiga canção. 'Não Temos Tempo de Temer', entretanto, faz referência, sobretudo, ao governo de Michel Temer (2016-2018), que sucedeu o impeachment de Dilma Rousseff e foi marcado por duros ataques às políticas sociais e aos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. O que ainda não se sabia na época, era que o processo eleitoral de 2018 iria alçar um representante ainda pior.

"A cada momento histórico passado, a cada alteração inesperada da conjuntura, a cada desafio cotidiano no exercício das funções precípua do Conselho e de articulação ético-política entre nossas Comissões Temáticas e diversos movimentos e representações sociais, não tivemos mesmo tempo de temer", destacou a diretoria no relatório de transição da gestão. No Rio de Janeiro, vários desafios foram impostos à categoria no triênio, decorrentes da precarização

dos equipamentos públicos de saúde e assistência social. Anos frágeis e marcados pela truculência policial nas favelas, por um período de intervenção militar e pela execução política de uma vereadora, negra e defensora dos direitos humanos, no exercício de seu mandato em pleno centro da capital.

Para a assistente social e conselheira presidenta do CRESS/RJ durante o triênio 2017-2020, Dácia Teles, não foi uma tarefa fácil assumir nesse período uma gestão pública com os valores éticos e políticos

defendidos pelo Serviço Social. Para ela, entretanto, foi também um triênio marcado pela resistência de uma categoria crítica e combativa e de uma gestão que seguiu firme reafirmando e defendendo os valores da profissão. Na avaliação de Dácia, a gestão conseguiu estar próxima das bases e articulada com frentes, fóruns e movimentos sociais — desenvolvendo inúmeras ações no campo da ética e na perspectiva da orientação e fiscalização da profissão.

"Passa um filme na nossa cabeça

ARQUIVO PESSOAL



"Para nós, assistentes sociais, o debate racial é muito caro, considerando o perfil não só da categoria mas também da população usuária"

Dácia Teles



Gestão Quem Cede a Vez Não Quer Vitória (2020-2023)

“Enfrentaremos vários desafios com a responsabilidade de defender a nossa profissão e o nosso projeto ético-político, sem ceder a vez na história”

Luciane Amaral

de tudo que a gente realizou para poder reafirmar o papel ético, político e pedagógico do Conselho. Promovemos rodas de conversas, seminários, oficinas e publicamos informações a partir das demandas que chegaram da categoria. Pudemos, nesse tempo, pensar sobre o exercício profissional, sobre a questão ética na sociedade, sobre as relações de trabalho, os direitos públicos e humanos, enfim, essa infinidade de demandas que nos chegou”, lembrou Dácia.

A campanha nacional do triênio

O grupo de assistentes sociais que respondeu pela gestão do Conjunto CFESS-CRESS ao longo do triênio 2017-2020 elegeu como pauta política para nortear as ações planejadas uma campanha intitulada ‘Assistentes Sociais no Combate ao Racismo’. A mobilização de caráter nacional teve o intuito de debater o racismo no exercício profissional e, conforme destacado no relatório de transição da gestão fluminense, contribuiu para as reflexões acerca de raça/etnia, gênero e classe nos mais variados espaços ocupacionais — em diálogo com as perspectivas construídas pelo projeto ético-político e pela lei que regulamenta a profissão.

“Falar da categoria é falar dessa diversidade que somos. E pudemos estar à frente de uma gestão que conduziu uma linda campanha nacional. Linda por ser necessária, por ter organizado grupos e por ter conseguido, através de muita informação, fraternidade, pedagogia e estudo, falar sobre o combate ao racismo no exercício profissional. No Rio de Janeiro, foram centenas de ações voltadas para o tema: oficinas, rodas de conversa, seminários, materiais informativos... Para nós, assistentes sociais, o debate racial é muito caro, considerando o perfil não só da categoria mas também da população usuária”, enfatizou Dácia.

Neste sentido, em um período tão adverso, foi fundamental reafirmar continuamente os valores da profissão e a luta da categoria em defesa da justiça social. “Mas a gente nem imaginava que o ano de 2020 nos traria um cenário ainda mais dramático”, destacou Dácia referindo-se à experiência que estamos vivendo, atualmente, com a pandemia em curso do novo coronavírus. A emergência sanitária, que se instalou no Brasil nos últimos meses da gestão, vem agravando as desigualdades sociais, raciais e de gênero, impactando diretamente o trabalho das assistentes

sociais e impondo inúmeros desafios aos Conselhos Profissionais.

E foi neste contexto, após três intensos anos de trabalho à frente do CRESS/RJ, que a Gestão ‘Não Temos Tempo de Temer’ encerrou suas atividades no último dia 15 de maio de 2020, dando lugar ao novo grupo eleito pela categoria para o triênio 2020-2023: a Gestão ‘Quem Cede a Vez Não Quer Vitória’, que dará continuidade à luta em defesa da profissão e do trabalho profissional conforme destacado pela conselheira presidenta eleita Luciane Amaral, que também foi conselheira durante o triênio 2017-2020.

“A Gestão ‘Quem Cede a Vez Não Quer Vitória’ assume a direção em um contexto adverso de pandemia somado a uma conjuntura caótica e singular. Enfrentaremos vários desafios com a responsabilidade de defender a nossa profissão e o nosso projeto ético-político, sem ceder a vez na história. É impossível caminhar na luta pelas transformações que acreditamos sozinhas e, por isso, seremos mais do que 18 conselheiras e conselheiros, mais do que 12 membros das seccionais. Vamos precisar de todo mundo e na luta a gente se encontra! A nossa construção será coletiva”, garantiu Luciane Amaral.

SECCIONAIS



Sul Fluminense

Seccional em Sintonia com a Categoria

Quando a Seccional Sul Fluminense iniciou a gestão do triênio, entre seus maiores desafios havia a necessidade de reaproximar a categoria do Conselho e de consolidar o papel da seccional no território. Na avaliação da coordenação da seccional esses objetivos foram alcançados e materializados, principalmente, através do conjunto de atividades ligadas a capacidade de engajamento com a proposta do Conjunto CFESS/CRESS neste momento: Assistentes Sociais no Combate ao Racismo.

A seccional desenvolveu várias atividades como minicursos, seminários, eventos de núcleos e das diferentes comissões, em particular a GEDS (Comissão de Gênero Etnia e Diversidade Sexual do CRESS).

Conseguiu-se, ainda, fazer a veiculação da temática com a política de segurança. Foram discutidas as perspectivas com relação à assistência social, à saúde e ao direito à cidade, por exemplo. Na avaliação da coordenação da seccional, conseguiu-se contemplar, satisfatoriamente, as questões que envolveram a relevante campanha nacional.

Vale sublinhar que a seccional Sul Fluminense

conseguiu uma participação expressiva em suas diversas atividades. Houve minicursos com mais de 60 pessoas. Em algumas atividades não foi possível comportar todos os interessados na estrutura da sede da seccional, em particular no minicurso que discutiu o direito à cidade.

Outro ponto bastante positivo foi a afinação e o alinhamento político, tanto entre as seccionais (Norte e Sul Fluminense) como com a sede do Conselho. Ficou evidente para a direção e para a categoria o compromisso do CRESS Rio de Janeiro na atuação e condução das pautas no interior do Estado.

No triênio, mais precisamente em 2018, as seccionais participaram, em São Paulo, de um encontro nacional entre as seccionais com o propósito de discutir a descentralização de ações e autonomia para tomada de algumas decisões. “Não é uma tarefa fácil acertar o tom entre a sede e as diferentes seccionais, e conseguimos um bom trabalho por aqui”, afirmou Gleydson Paiva, que coordenou a seccional no triênio.

No Relatório de Gestão do triênio 2017-2020

da seccional Sul Fluminense se destacou que “É possível afirmar que houve avanços inúmeros em termos de autonomia e participação, como a garantia do encontro Sede X Seccionais e, com a utilização do sistema informatizado Implanta no ano de 2020, que garantiu maior autonomia administrativa e na racionalização dos serviços para melhor atender aos profissionais e participar da dinamização dos atendimentos de inscrição e anuidade entre outros para os profissionais. No entanto, dada a atual conjuntura, é preciso avançar mais e coletivamente. Espaços como esse, que possibilitam o diálogo e a participação, são fundamentais para o fortalecimento da seccional”.

Gleydson afirma ainda que “sim, não foram só flores para o período. As lutas não foram fáceis, nem politicamente e nem administrativamente falando. Desafios administrativos financeiros, licitações de produtos e serviços diversos, questões políticas territoriais, os desafios da fiscalização e da precarização do trabalho no Estado e, em particular na região sul fluminense, estiveram presentes. Porém, o balanço foi positivo”.



Norte Fluminense

Juntos somos como continentes

“Juntos somos como uma ilha e juntos somos como continentes”. Esta frase representa a composição da direção da Seccional Norte Fluminense. Uma diversidade que favoreceu ao longo desses três anos um trabalho fecundo e permeado por uma relação de respeito e legitimidade na região.

Eliana Feres que ocupou o cargo de coordenadora da seccional recupera que “as parcerias com os movimentos sociais foi uma das propostas de campanha, e em face do cenário de retrocessos no campo dos direitos sociais, participamos ativamente das plenárias do Movimento Unificado Sindical, Social e Estudantil do Norte Fluminense – MUSE/NF e da Câmara de Vereadores, chamando a categoria a discutir os efeitos mais gerais da conjuntura política, sem os quais é impossível compreender as atuais demandas ao trabalho profissional”.

O processo eleitoral em 2018 evidenciou o pensamento conservador na sociedade brasileira. A partir deste contexto, o exercício profissional tornou-se a base de todas as atividades realizadas pela Seccional através das ações políticas e do trabalho de fiscalização na região.

Com o foco em uma das funções precípuas do Conselho, foram organizadas diversas oficinas e minicursos nos municípios de Campos dos Goytacazes, Itaperuna, São Fidélis, São Francisco

e Macaé sobre o tema da fiscalização no período. Dos atendimentos realizados pela agente fiscal, na área de assistência social representaram 31%, na saúde 21% e na formação 17%. Assim, a partir de um esforço de planejamento, mesmo com a vasta extensão territorial, foi possível atender a praticamente todos os municípios de abrangência da Seccional.

Foi criada a Comissão de Seguridade Social e o GT SUAS Justiça, favorecendo a construção de eventos coletivos e demandas a serem discutidas nos espaços de controle social, com destaque para os Seminários “SUAS e o Sistema de Justiça”, realizados em 2017 e 2019.

Também foram organizados ainda seminários sobre temas relacionados ao dia a dia profissional, em particular para atuação na política de saúde mental. Um diferencial na gestão foram os projetos realizados em parceria com diversos núcleos de pesquisa e extensão da UFF/Campos, que favoreceu discussões sobre o trabalho profissional, as bandeiras de lutas e as deliberações do conjunto CFESS/CRESS. Dos quais há alguns destaques, conforme elencados a seguir:

Em 2017, a realização da pesquisa “Mercado de Trabalho e Espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social nas Regiões Norte e Noroeste Fluminense”, cuja proposta envolvia mapear o mercado de trabalho e os espaços sócio ocupacionais e identificar as tendências atuais da

política social brasileira e do mercado de trabalho para assistentes sociais, nas regiões Norte e Noroeste Fluminense. O resultado preliminar foi apresentado em novembro de 2019 na Semana Acadêmica da UFF. A precarização do trabalho e suas implicações nas questões éticas e técnicas foram alguns dos múltiplos aspectos apontados pela pesquisa.

Em 2018, o curso “O trabalho do Assistente Social na Rede de Urgência e Emergência”, com público de assistentes sociais que atuam na rede hospitalar da região.

Em 2019, foi desenvolvido o projeto Serviço Social: Concepções e Práticas de Assistentes Sociais nos CRAS de Campos dos Goytacazes/RJ”.

Na região estão localizados os núcleos “Construção e Movimento”, “Integração e Liberdade” e “Ética, Lutas e Direitos”. Em cada um deles foram realizados dois encontros anuais, com ampla participação dos profissionais. Mas, ainda é preciso avançar para que cada núcleo possa contribuir com a ampliação das ações.

Muito foi realizado, mas ainda há muito por fazer. Para dar continuidade e aperfeiçoamento as ações da Seccional certamente, “Vamos precisar de todo mundo!” Este nome e lema da gestão que assume a coordenação da seccional entre 2020-2023, cujo propósito é ampliar ainda mais a participação da base nas ações que são realizadas na região.

DOSSIÊ**Covid-19 e a Questão Social**

Um vírus novo diante de velhas e conhecidas questões sociais

A pandemia em curso da Covid-19 é causada por um novo vírus que agrava e acelera velhos problemas. A crise sanitária se alastrou pelo mundo a passos largos e vem tornando latentes questões sociais, estruturais e sistêmicas pré-existentes. Neste sentido, a desigualdade social, o racismo, a precarização das relações de trabalho e o desmonte das políticas públicas, em específico há o sucateamento dos sistemas de saúde, devem ser observados como questões determinantes no que diz respeito à complexidade do atual cenário.

Quais são os corpos mais afetados diante de uma crise sanitária? Sabemos que o novo coronavírus, por si só, não escolhe os indivíduos pela cor da pele, gênero ou classe social. Contudo, em um contexto de tantas desigualdades na distribuição de recursos, renda e acesso a componentes básicos de saneamento, é notável que determinados segmentos da sociedade estão mais vulneráveis ao contágio e, sobretudo, aos riscos ocasionados pela Covid-19.

O novo vírus é facilmente transmissível por meio de gotículas oriundas do espirro ou tosse e as medidas de prevenção recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) são enfáticas: higienização completa das mãos e objetos, aliada ao distanciamento social. Entretanto, para a professora do Departamento de Serviço Social da PUC Rio, Valéria Bastos, essas medidas não estão ao alcance de parte considerável da população, em sua maioria favelada e periférica, que por muitos anos vem sofrendo diante da precariedade nas áreas de habitação, saneamento, saúde, educação, trabalho e assistência social.

"A exposição desigual é efetiva na medida em que o acesso à água potável, saneamento básico, melhores condições de habitabilidade, trabalho digno, dentre outros direitos sociais e

"A pandemia fez acender uma luz mais reluzente na mazela social que milhões de trabalhadores e trabalhadoras informais vivem já há muitos anos no Brasil"



Valéria Bastos
Assistente Social

humanos é limitado", explica a assistente social. No Brasil, cerca de 35 milhões de pessoas não têm acesso a água tratada de acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS). Isso sem falar nos domicílios cujo abastecimento é intermitente.

"O contágio pelo coronavírus é excessivamente voraz em locais de aglomeração e com baixas condições de higiene. Portanto, a orientação da OMS, assim como dos setores oficiais de saúde de cada país, indica que a higienização completa das mãos e dos produtos aliada ao distanciamento social previne não só o contágio, mas busca garantir a não falência do serviço de saúde. Considerando, em especial, o caso do Brasil, visto que a precarização do SUS via sucateamento promovido pela gestão pública, aliado ao forte interesse de privatização dos serviços vem causando uma enorme carência na rede pública", enfatizou a Valéria.

O novo coronavírus expõe, ainda, as problemáticas de um mundo do trabalho cada vez mais precarizado e fragilizado, no qual se elege quem tem direito a se proteger. Sem a possibilidade do isolamento remunerado, muitas pessoas estão drasticamente lançadas a fazer uma escolha entre renda e proteção. "Penso que a pandemia fez acender uma luz mais reluzente na mazela

social que milhões de trabalhadores e trabalhadoras informais vivem já há muitos anos em nosso país", destacou a assistente social.

No Brasil, o coronavírus expressa um efeito devastador em potencial, sobretudo, em virtude da nossa desigualdade social, que se expressa de forma aguda como uma questão racial. Dados divulgados pelo Ministério da Saúde nos primeiros meses da pandemia indicaram maior letalidade entre pessoas negras — que formam maioria em condições precárias de trabalho, moradia, saneamento e saúde. Dessa forma, se a sensação de abandono, solidão e impotência é uma experiência nova para alguns setores da sociedade, para outros ela é cotidiana.

Por isso, o olhar para as favelas e periferias precisa ser direcionado ao aprendizado de táticas e estratégias coletivas de existência, que extrapolam as diretrizes do ego, da meritocracia e do individualismo. "É importante ressaltar a relevância do nível de resistência dessa população, demonstrada a partir dos movimentos populares e sociais", afirmou Valéria. A excepcionalidade, que por ora todos experimentamos, faz parte do cotidiano desses territórios, que tem como algoz principal as próprias políticas e orientações de um Estado capitalista, racista e genocida.

A falsa dicotomia entre “economia” e “direito à vida”

Como se já não bastassem os problemas trazidos pela emergência sanitária que assola o mundo decorrente da Covid-19, doença respiratória causada por um novo vírus que está impactando diretamente a vida da população, vivemos hoje no Brasil uma crise política de proporção assustadora. Isso em razão de um governo que, antes mesmo de eleito, já anunciava a tragédia cujo ápice parece materializar-se na emergência do agora. Na postura contraditória de um presidente que subestima os efeitos da crise sanitária e se esquia da responsabilidade de dar respostas nacionais que mitiguem os seus impactos.

Desde que a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou estado de pandemia mundial pelo novo coronavírus, em março deste ano, assistimos eclodir no Brasil uma intensa disputa de narrativas relacionada às medidas de prevenção recomendadas e, em especial, ao isolamento social. De um lado, a OMS e demais autoridades sanitárias mostram para o mundo a importância da manutenção das medidas. Do outro, entretanto, o gestor máximo do país ironiza a ciência, desvaloriza vidas e brada em nome de uma dita economia ao defender abertamente a retomada da “normalidade”.

A rápida disseminação do vírus e o preocupante índice de letalidade da doença exigem medidas efetivas para o achatamento da curva de contaminação. Dentre outras coisas, elas implicam na suspensão parcial, ou até mesmo total, dos setores industriais, do comércio e dos serviços considerados não essenciais. Entretanto, para o líder do executivo, que segue atacando as medidas de isolamento social adotadas por governos estaduais e municipais e provocando aglomerações país afora, a economia deve seguir a todo vapor. Mesmo que isso custe a vida das



trabalhadoras e trabalhadores brasileiros.

Quando indagada pelo PRAXIS sobre a suposta dicotomia entre a “economia” e o “direito à vida”, a arquiteta e ativista das lutas urbanas Tainá de Paula chamou atenção para um ponto central do debate: o capital produtivo está intrinsecamente ligado à vida. Olhar, portanto, separadamente para essas questões é uma forma bastante equivocada de se pensar a própria lógica produtiva. Para ela, a chamada reconversão industrial é um tema fundamental neste cenário, mas completamente ignorado pelo governo. O termo refere-se à adaptação das estruturas e do potencial produtivo de determinados

setores para que continuem operando dentro das necessidades estratégicas demandadas por situações de emergência.

“A economia está diretamente ligada à vida. Não só os meios de produção e a classe trabalhadora de modo geral, mas também as possibilidades das pessoas acessarem os recursos e necessitarem dos recursos que estão sendo produzidos. Se você tem uma pandemia mundial que te impede de se locomover, que impacta diretamente na sua forma de exercer seu trabalho, na sua forma de consumir, estamos falando aqui que a vida pauta a economia, e não ao contrário”, explicou Tainá.

Neoliberalismo e a desvalorização da vida

A utilização de argumentos econômicos descolados da questão social como justificativa para retirada de direitos da população, entretanto, não é uma estratégia nova na vida capitalista. No Brasil, são argumentações ampla e historicamente difundidas e que, vale destacar, foram bastante manipuladas nos últimos anos com o objetivo de retirar recursos de políticas sociais e precarizar as relações trabalhistas. Devido às fragilidades e aos desgastes decorrentes da implementação dessas políticas restritivas, o povo brasileiro sente, hoje, os impactos da pandemia em curso de forma ainda mais cruel.

Tainá de Paula chamou a atenção para o ciclo de reorganização do neoliberalismo brasileiro que, para ela, estabeleceu-se de forma mais acirrada a partir do impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Em seguida, uma das primeiras medidas anunciada por Michel Temer, que veio a ocupar o cargo máximo do país, foi a espoliação do fundo público através da Emenda Constitucional (EC) nº 95. Ao congelar por 20 anos as despesas primárias do orçamento público e, portanto, os investimentos em políticas sociais, a EC 95 vem enfraquecendo continuamente uma complexa rede pública de proteção social.

Em pouco mais de dois anos, outras medidas foram tomadas sob o pretexto de beneficiar a economia fragilizada. Talvez a mais cruel delas tenha sido a reforma trabalhista, que alterou mais de 200 pontos da CLT e, aliada à lei das terceirizações irrestritas, precarizou de forma alarmante as relações de trabalho e agravou a crise do emprego e renda. O governo de Michel Temer também foi marcado por cortes drásticos nos investimentos em pesquisa, ciência e tecnologia. Na época, a ação foi apontada por especialistas como irresponsável e desprovida de senso futuro.

O processo eleitoral de 2018 elegeu o atual presidente, que tomou posse cerca de um ano antes do novo coronavírus começar a se espalhar pelo mundo. Na agenda, a reforma da Previdência, privatizações, desfinanciamento das redes públicas de saúde e assistência social, das universidades e centros de pesquisa. "É muito importante a gente atrelar as mudanças estruturais no comportamento e na forma como a sociedade opera. O

obscurantismo e o fascismo, de certa forma, operam nesse sentido, porque atacam diretamente o próprio avanço da sociedade, dos mais diversos aspectos, não só o econômico, mas o social, intelectual e por aí vai", lembrou Tainá.

Na avaliação da arquiteta, há um acúmulo de práticas altamente destrutivas e tóxicas em relação às populações vulneráveis que é anterior à chegada da pandemia, mas que se agrava com ela. É a agenda central de uma lógica neoliberal que hierarquiza vidas e elege aquelas que importam a partir de marcadores sociais como os de raça, classe e gênero. Para Tainá, entretanto, a atual crise sanitária é também um momento importante para repensarmos nossos marcos civilizatórios

e, sobretudo, o que entenderemos como desenvolvimento econômico pós pandemia.

"A Covid-19 amplifica um ciclo de debates sobre garantia de direitos, de assistência social e de um outro modelo de sociedade que não seja a partir da individualidade, mas que seja da coletividade. Talvez, a base da pirâmide dê a resposta e a linha para o novo ciclo do Brasil que precisa ser iniciado de modo urgente. Para além da gente vencer o bolsonarismo, e eu tenho certeza de que ele já está sendo vencido, o modelo de desenvolvimento do Brasil vem passando por um redesenho. E neste redesenho, o desenhista principal é a periferia", enfatizou Tainá.

ARQUIVO PESSOAL



"Se você tem uma pandemia mundial que te impede de se locomover, que impacta diretamente na sua forma de exercer seu trabalho, na sua forma de consumir, estamos falando que a vida pauta a economia, e não ao contrário."

Tainá de Paula

Arquiteta e ativista das lutas urbanas

Os impactos da Covid-19 na vida das mulheres

Exposição à violência, sobrecarga de trabalho doméstico, falta de acesso à saúde e vulnerabilidades econômicas são realidades que fazem parte do cotidiano de muitas mulheres brasileiras. Essas situações não foram inventadas pela pandemia em curso do novo coronavírus, mas têm se agravado consideravelmente em meio à crise sanitária. Isso porque problemas que já eram recorrentes acabam se amplificando em contextos de fragilidades, conflitos e emergências.

No Brasil, desde o início da transmissão comunitária do vírus e do consequente período de confinamento, assistimos eclodir uma série de problemas sociais e econômicos decorrentes da situação de emergência reconhecida pelo Estado. São questões que atingem diretamente a vida das mulheres em uma sociedade marcada pela precarização das relações de trabalho, dificuldade de acesso aos serviços essenciais de saúde e de assistência social e pela violência doméstica.

O relatório *"Os impactos da Covid-19 nas Mulheres"*, publicado no início de abril pela Organização das Nações Unidas (ONU), apontou que a crise sanitária está ampliando as desigualdades e violências de gênero pré-existentes nas mais diversas esferas. Segundo o documento, as mulheres estão mais expostas aos riscos de contaminação e também às vulnerabilidades sociais e econômicas decorrentes da pandemia — como desemprego, violência, sobrecarga de trabalho doméstico e falta de acesso a condições básicas de saúde e assistência.

Mesmo não atingindo o percentual recomendado pelas autoridades sanitárias para o controle da curva de contaminação, o isolamento social vem modificando consideravelmente a rotina da população brasileira. E, se para algumas pessoas a medida traz consigo a possibilidade do trabalho remunerado em casa, para muitas outras representa a impossibilidade de geração da renda necessária para a



"Eu ia morrer, se não agora, mais tarde, quer eu tivesse falado, quer não. **Meus silêncios não haviam me protegido. Seu silêncio não a protegerá.** (...) Quais são as palavras que você ainda não possui? O que você precisa dizer? Quais são as tiranias que você engole diariamente e tenta tornar suas, até que você adoeça e morra delas, ainda em silêncio?"

Audre Lorde, Chicago, 1977

sobrevivência. Problemas decorrentes de longos processos de precarização das relações de trabalho que atingem fortemente a vida das mulheres e, em especial, das mulheres negras.

Conforme destacou a assistente social e conselheira do Cress/RJ, Jussara Ferreira, os impactos da Covid-19 sobre a vida econômica da população feminina devem ser observados com atenção. Isso porque, historicamente, mulheres ganham menos que os homens, ocupam postos de empregos mais precarizados e são maioria em famílias monoparentais. Possuem, portanto, uma capacidade menor de absorver choques econômicos,

como os trazidos pela atual emergência sanitária internacional.

"A crise social e econômica atinge especialmente mulheres, que se concentram no setor de serviços, o mais afetado pela crise decorrente da pandemia do novo coronavírus. No Brasil, estão mais sujeitas à informalidade do que homens. Mais de 90% dos trabalhadores domésticos, mais vulneráveis economicamente na crise, são mulheres e mais de 70% são negros — indicando a maior precariedade do emprego da mulher negra, segundo dados do IBGE", salientou a assistente social.

Conforme apontado em manifesto divulgado pelas organizações *Think Olga* e *Think Eva*, milhares de trabalhadoras domésticas e diaristas atualmente estão afastadas de seus trabalhos no Brasil, sem uma perspectiva de renda mínima para sobrevivência. “Por decorrência de uma herança colonial e racista que sustenta os pilares da nossa estrutura de economia e trabalho, é gritante a disparidade de raça, gênero e classe. Assim, a maioria das mulheres no nosso país, principalmente mulheres negras, enfrentam também uma realidade de enorme vulnerabilidade econômica”, destacou o documento.

Confinamento, sobrecarga de trabalho e violência doméstica

Quem é que cuida das cuidadoras? Mesmo trabalhando cada vez mais fora de casa, as mulheres continuam sendo as responsáveis pela maior parte dos trabalhos domésticos e de cuidados não remunerados no mundo. Para a assistente social, especialista em *Gênero e Direito* e atualmente diretora do Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM) Chiquinha Gonzaga, Rosangela Pereira, essa situação se agrava no período de confinamento com a suspensão das aulas e espaços de convivência para idosos.

“Junto com os impactos econômicos, temos também os conflitos que surgem disso. Os medos, as relações familiares que estão postas com a intensa convivência decorrente do confinamento. E, nesse convívio, temos hipóteses de aumento da cobrança de um papel historicamente delegado às mulheres, como o cuidado com a casa, alimentação, crianças e idosos”, enfatizou Rosangela. Conforme apontado no relatório divulgado pela ONU, a pandemia tornou extremamente visível o fato de que as economias mundiais são construídas sobre o trabalho invisível e não remunerado das mulheres.

“Fique em casa” é a recomendação que mais escutamos nos últimos tempos. Mas, e quando a própria casa não é um espaço de segurança? No Brasil, a maioria dos homicídios são praticados contra os homens. Contudo, a violência contra a mulher assume no mundo inteiro uma peculiaridade assustadora: é efetuada em grande medida dentro de casa, por parentes, parceiros ou ex-parceiros. Segundo o Atlas da Violência 2018, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), entre 2006 e 2016 a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu em vinte estados

brasileiros. Em doze deles, o aumento foi maior que 50%.

Apesar das dificuldades de buscar ajuda durante a pandemia com o acesso limitado aos serviços de proteção, os dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH) indicam aumento das denúncias de violência contra a mulher nas primeiras semanas do isolamento social. No Rio de Janeiro, os casos aumentaram quase 60% durante o mês de março conforme apontado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH).

“Considerando que a violência praticada contra a mulher, nas diferentes formas como se apresenta hoje no Brasil e no mundo, que ocorre no ambiente doméstico e familiar é, sobretudo, consequência da evolução histórica de hábitos culturais fundamentados em discursos patriarcais. Digo isto para situar que a pandemia ressaltou o que essas mulheres já vivem no cotidiano. Convivência com o agressor num espaço de opressão, agudizado pela falta de trabalho, pela informalidade e consequente redução da renda familiar em tempos de isolamento social”, enfatizou a assistente social Jussara Ferreira.

A assistente social Rosangela Pereira destacou também os impactos da pandemia

na saúde das mulheres com a limitação de atendimentos e cancelamento de cirurgias eletivas. Apesar das necessidades únicas em saúde, o público feminino está menos propenso a acessar de forma plena a esses serviços. Para Rosangela, que também lembrou dos processos e medidas preventivas prejudicados pela crise sanitária, muitas vítimas de violência doméstica têm outras situações de saúde e carecem de acompanhamento.

“Neste momento percebo que nós, assistentes sociais, temos pela frente uma série de desafios impostos. Dentre eles, precisamos entender como dar visibilidade para os serviços, canais de denúncias e suporte para que todas as mulheres saibam onde recorrer quando mais precisarem. Afinal, não sabemos quando essa curva vai diminuir. Nem a da contaminação e nem a da violência”, concluiu Rosangela.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

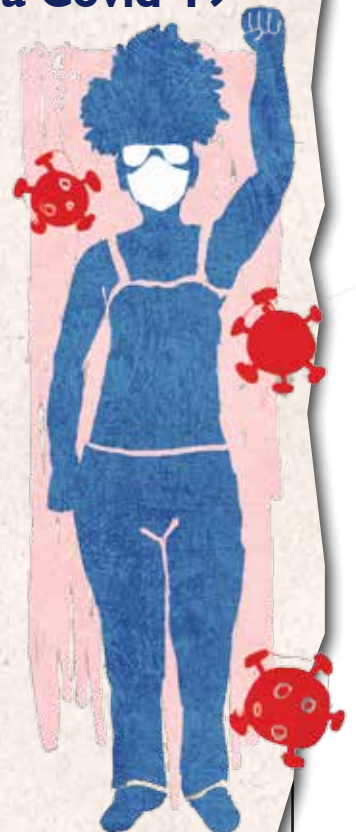
Ligue **180** para denúncias e orientações. Além disso, muitos centros de proteção e atendimento municipais e estaduais continuam em funcionamento, mesmo com funcionários e horários restritos.

Mulheres na linha de frente da Covid-19

O relatório “*Os impactos da Covid-19 nas Mulheres*”, divulgado pela ONU, aponta que a população feminina segue mais exposta aos riscos de contaminação porque são maioria em muitas profissões consideradas essenciais em contextos de calamidades. É o caso do Serviço Social, profissão formada majoritariamente por mulheres que atuam em uma diversidade de espaços sócio-ocupacionais essenciais para a população.

Neste contexto, inúmeras assistentes sociais seguem trabalhando em contato direto com a população nos equipamentos públicos e integram, portanto, a linha de frente no combate à pandemia do novo coronavírus no Brasil. Especificamente na saúde, um dos lócus ocupacionais das assistentes sociais, mulheres representam 70% da força de trabalho em todo o mundo. São também maioria nos serviços gerais nas unidades sanitárias.

O CRESS/RJ tem acompanhado, orientado e fiscalizado com preocupação as situações relativas ao exercício profissional das assistentes sociais no contexto da pandemia, que vêm acentuando problemas relacionados à falta de estrutura básica nos serviços, como EPIs, insumos como sabão, luvas e álcool em gel, dentre outras medidas fundamentais para assegurar a proteção das trabalhadoras do Serviço Social, que seguem na linha de frente contra a Covid-19.



Funcionamento do CRESSRJ

Trabalho remoto em tempos de coronavírus

Com o agravamento da pandemia do novo coronavírus, o CRESSRJ também precisou se adaptar ao contexto atual. E, desde 18 de março de 2020, seguindo as determinações das autoridades sanitárias, o seu funcionamento presencial foi suspenso e passou a ser, temporariamente, na modalidade remota. Dessa forma, ao contrário do que possa parecer, as demandas, assim como as dificuldades em resolver algumas questões, aumentaram.

Com o surgimento de novas oportunidades de trabalho para categoria, a procura pelo Conselho cresceu abruptamente. Com isso, foi necessário traçar uma estratégia de atendimento para quem precisa de um serviço mais ágil, sem prejudicar as etapas internas pelas quais toda solicitação precisa passar.

Mais especificamente, as solicitações para inscrição principal e reinscrição, que exigem mais tempo para atendimento, foram as que mais ampliaram. Inicialmente, esse aumento tem sido relacionado às aberturas de contratações temporárias para o campo da saúde em razão da pandemia. Para exemplificar, em média, são necessários cerca de 30 minutos para a análise de cada documentação recebida, que nem sempre vem completa ou correta.

De 2 de janeiro a 17 de março deste ano (50 dias úteis), foram realizados 248 atendimentos para inscrição e 72 re-inscrições. Entre 18 de março e 29 de abril (27 dias úteis), tivemos 231 inscrições principais e 74 re-inscrições. Além disso, rotineiramente, neste período do ano, há aumento de solicitações de cancelamentos, transferências de registro,

atendimentos telefônicos, pedidos de certidões, envio de boletos ou negociações de débitos, além de atualização de dados cadastrais, entre outros.

Alguns funcionários, mesmo tendo as suas próprias tarefas a desenvolver, passaram a colaborar com o setor nos atendimentos dada o aumento da demanda, como o reenvio de boletos. Também foi criado um grupo de trabalho com participação de alguns diretores com vistas a oferecer o melhor serviço possível a categoria.

Atendimento online

Em que pese o autoatendimento ser uma ferramenta que agiliza as entregas e estar disponível há alguns meses, ainda não é devidamente utilizado e explorado pela categoria. Desse modo, tem sido criado uma série de informativos com orientações diversificadas quanto às formas de uso dos serviços online que estão disponíveis na plataforma por parte da categoria, que pode ter acesso facilitado para encaminhar suas demandas em qualquer horário.

Além disso, os atendimentos continuam a ser realizados através do e-mail e telefone, mas é necessário informar que, além da quantidade de solicitações que chegam, a demora na finalização dos atendimentos deve-se também a incompletude dos dados recebidos, muitas vezes, não há nitidez na solicitação e nem sequer o número de registro.

Atuações da COFI

Desde o dia 16 de março de 2020, a Comissão de Orientação e Fiscalização do Conselho (COFI), vem realizando seus

atendimentos e orientações via e-mail (cofi1@cressrj.org.br). Até o dia 30 abril foram realizados 149 atendimentos, dos quais 102 se relacionavam à Covid-19. Cerca de 42% dos atendimentos foram na área da Saúde, enquanto a Assistência Social respondeu por 32%.

É importante dizer que as solicitações tiveram ampla cobertura, não se restringindo a região da sede e das seccionais do Conselho. Dezenove (19) municípios entraram em contato com pautas sobre: as condições éticas e técnicas para o trabalho, a ausência de equipamentos de segurança individual (EPI), a requisição de atribuições indevidas, a gestão do trabalho (maior número), a realização de estágio supervisionado, a dificuldade de deslocamento entre municípios, a dinâmica de funcionamento dos equipamentos, a ética profissional, o registro profissional e o sigilo profissional.

Além das orientações imediatas, foram encaminhados documentos para as instituições no intuito de informar aos gestores, garantir a manutenção das condições éticas e técnicas do trabalho e a segurança em saúde de assistentes sociais, durante o contexto de pandemia. Foram encaminhados dezesseis (16) ofícios, cinco (5) para os equipamentos de Saúde do Rio de Janeiro e um (1) para o sistema Socioeducativo.

Outra atuação necessária por parte do Conselho foi incidir para adequação de editais de processos seletivos, assim, foram encaminhados no período para: Rio de Janeiro (Empresa Rio Saúde – 3 editais e Fiocruz) e Niterói.

SOLICITAÇÕES POR E-MAIL

ATENDIMENTOS TELEFÔNICOS

Período: 23 de março a 29 de abril

322 ligações recebidas

219 ligações não atendidas

ATENDIMENTOS SERVIÇOS ONLINE E CERTIDÕES

Período: 18 de março a 29 de abril

1517 solicitações recebidas

1517 solicitações atendidas

ENVIO DE BOLETOS E NEGOCIAÇÃO DE DÉBITOS

Período: 26 de março a 29 de abril

862 chamadas recebidas (*)

300 chamadas atendidas (finalizadas)

(*) Algumas dessas chamadas foram finalizadas no atendimento online, que não estão contabilizadas aqui

ISENÇÃO DE ENCARGOS DE ANUIDADE 2020

Período: 23 de março a 29 de abril

126 solicitações recebidas e atendidas

INSCRIÇÃO PRINCIPAL/ REINSCRIÇÃO/ TRANSFERÊNCIA/ APRESENTAÇÃO DE DIPLOMA

Período: 26 de março a 29 de abril

1861 chamadas recebidas (*)

1315 chamadas atendidas

(*) algumas dessas chamadas foram repetidas ou não necessitaram de retorno